



DIGNIDADE INDÍGENA

ANIVERSÁRIO DO ECA É CELEBRADO EM RIO TINTO

Ministério Público da Paraíba, em parceria com o Ministério Público Federal, promoveu evento para marcar 22 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Página 8**

Ernane Gomes

JOÃO PESSOA



Divulgação/Internet

URGÊNCIA - Fornecimento imediato

Liminar determina compra de alimentos de dietas especiais

MP moveu ação civil pública contra Prefeitura para que forneça os insumos - alimentos, substâncias e fórmulas - para pacientes. **Página 4**

SAÚDE

Leitos pediátricos são tema de audiência

Página 4

MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Tim será alvo de TAC para sanar problemas

Página 6



PAINEL - Evento destacou a defesa da criança e do adolescente indígena e contou com apresentações de tribos

Ernane Gomes



Caop faz capacitação com conselheiros do idoso em Rio Tinto

Segunda oficina também levou conhecimento para profissionais dos Creas/Cras, gestores de Assistência Social de 11 municípios da região.

Página 8

Afastamento de três prefeitos é ordenado pelo TJ da Paraíba

São chefes do Executivo de Sapé, Solânea e Alhandra, e acusados de envolvimento em desvios de recursos públicos pela operação "Pão e Circo".

Página 3

GABARITO Operação reflete em recomendação de anulação de concursos feitos pela empresa Metta **Pág. 3**

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Prefeitáveis de CG e JP firmam compromisso

Página 7

Espaço do Leitor



“Parabéns ao MP pelo ótimo trabalho que está sendo realizado em nossa Paraíba. Chega de corrupção”.

Danilo Salvino, via Twitter

“Parabéns ao MPPB pela firme atuação contra a corrupção nos concursos público e em prol da probidade administrativa!”

Edivam Rodrigues, via Twitter

“Eu gostaria que o Ministério Público também acompanhasse o concurso da cidade de Itatuba/PB realizado pela Exames e Consultoria. Foi realizado no dia 6 de maio de 2012 e ainda não divulgou resultado, e como a exames também esta sendo investigada.”

Iram Santos, via Twitter

“O MP precisa fiscalizar a Famene, ela aplica valores abusivos, juros embutidos e em cascata.”

Raphaella Pelmeira, via Twitter

Esta preocupação do Ministério Público deveria ter sido nos dez últimos anos que passaram logo apos o interdito pela própria corte. Fechou um que funcionava em precárias condição de uso, mas era fiscalizado pelo veterinário. Os animais que estavam gestantes ou doentes não era abatidos, abrindo espaço para clandestinidade onde não teve mais fiscalização ficando a população a mercê da própria sorte para não contraírem doenças contagiosas.

Hélio Pires, via Facebook

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

Aprendendo Direito



Acareação - Ato de confrontar duas ou mais pessoas cujos depoimentos foram contraditórios, para que possam ser resolvidas as divergências e discordâncias.



Jornal do
Ministério Público
Social
João Pessoa, Julho/Agosto - Ano III - Nº 27

Procurador geral de Justiça

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

1º Subprocurador-geral de Justiça

Nelson Lemos

2ª Subprocuradora-geral de Justiça

Kátia Rejane Medeiros Lucena

Corregedor-geral do MPPB

Alcides de Moura Jansen

Secretário-geral

Francisco Lianza Neto

Jornalista Responsável

Cristina Fernandes

Integrantes da Assessoria de Imprensa

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes, Giselle Ponciano

Projeto Editorial

Cristina Fernandes

Projeto Gráfico e Diagramação

João Damasceno

Fotografia

Ernane Gomes

Chargista colaborador

Euclécio Fernandes

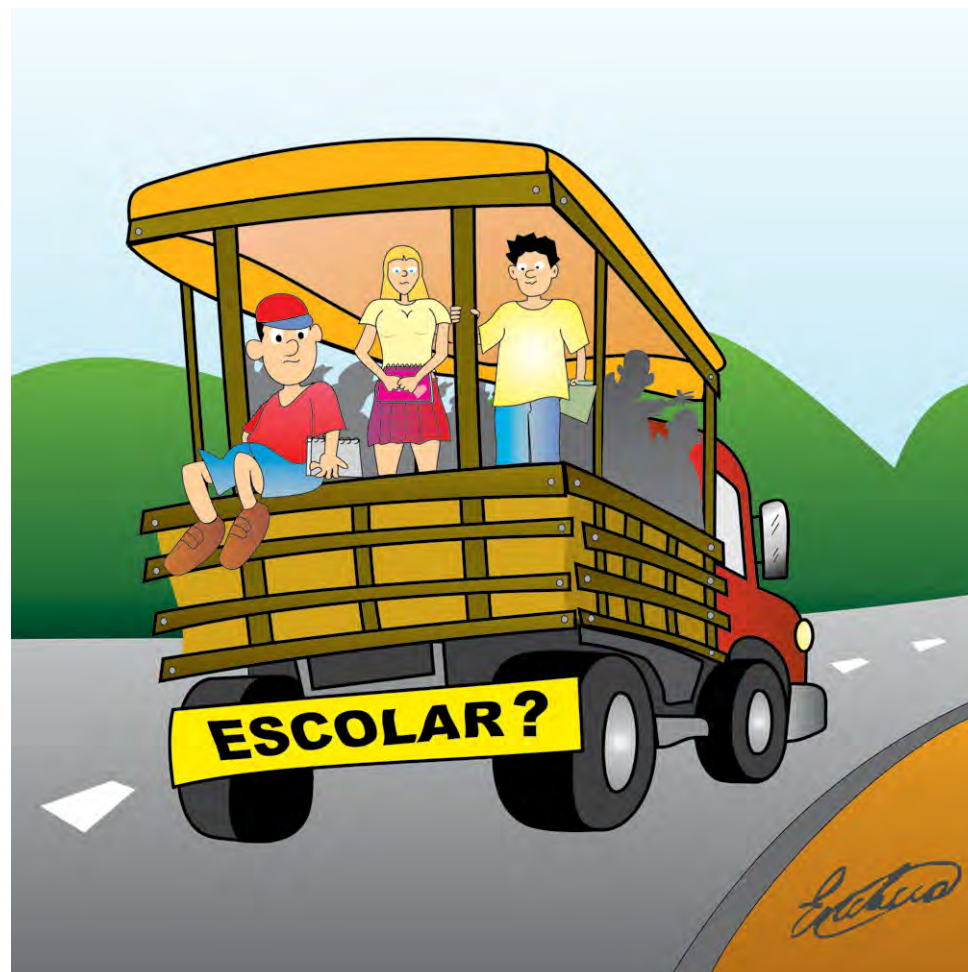
Assessor de Imprensa

Jorge Rezende

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB
TEL.: (83) 2107-6000 SITE: www.mp.pb.gov.br



ARTIGO

Das precárias e inadequadas condições do transporte escolar

* LEONARDO CUNHA LIMA DE OLIVEIRA

Notícia-se, a todo instante, acidentes envolvendo veículos que realizam o transporte escolar de estudantes no Estado da Paraíba. Como membro do Ministério Público, tenho testemunhado, no interior do Estado, verdadeiras atrocidades na forma precária, inadequada e ineficiente da prestação deste relevante serviço de interesse social.

Os alunos são transportados, muitas vezes, em carrocerias de caminhões, verdadeiros “paus-de-ara-ra”, em circunstâncias degradantes e humilhantes, em veículos superlotados, que causam riscos evidentes à suas incolumidades físicas.

Além de apresentarem péssimas condições de higiene, conforto e segurança, ditos meios de transportes são conduzidos por pessoas despreparadas que, em alguns casos não possuem, habilitação regular e atualizada para tal fim, sem olvidar a ausência de vistorias regulares pelos Órgãos competentes, já que os automóveis estão quase sempre com o licenciamento em atraso e não possuem qualquer sinal de identificação da sua específica utilização.

Falta aos gestores públicos organização, planejamento e capacidade administrativa, ante à existência de um plano do Governo Federal que viabiliza a aquisição de veículos adequados para a realização do transporte escolar em condições

acessíveis a qualquer localidade.

Neste cenário, o papel do Ministério Público, como fiscal da aplicação da lei e defensor da ordem jurídica, tem sido de suma importância exigindo dos gestores públicos o fornecimento de transporte escolar em condições adequadas e segura, bem com em quantidade suficiente a atender a população estudantil.

O Ministério Público não tem se furtado ao seu dever institucional e, com o auxílio de diversos órgãos, está exigindo a perfeita adequação dos administradores públicos às normas de comodidade, higiene e segurança do transporte escolar, sem prejuízo da responsabilização civil e/ou criminal dos infratores, ainda que por omissão no cumprimento do dever que legalmente lhes é imputado, contribuindo, assim, para a garantia do acesso irrestrito à escola e a redução dos índices de evasão escolar.

* 4º Promotor de Justiça da Promotoria Cumulativa de Patos

MPPB quer anulação de concursos da Metta

Ernane Gomes

Pelo menos 20 certames estão em curso e 24 foram concluídos em 20 municípios do Estado

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) recomendou a anulação dos concursos públicos que tenham sido organizados pela Metta Concursos & Consultoria Ltda., onde os candidatos ainda não foram nomeados e empossados. De acordo com o portal www.mettaconcursos.com.br, a empresa realizou 44 concursos no estado da Paraíba, sendo que 20 estão em andamento e 24 já finalizados.

Nos casos em que já houve a nomeação e posse dos aprovados, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público (Caop do Patrimônio Público) vai orientar os promotores a investigar e ajuizar ações civis públicas para anular o concurso, o que implicará na destituição dos

aprovados que ingressaram no serviço público ilegitimamente. As recomendações são reflexo da 'Operação Gabarito'.

Os concursos estão em andamento nas seguintes cidades paraibanas: Emas, Manaíra, Santa Cecília, São José dos Ramos, Nova Floresta, Pocinhos, Santo André, Serra da Raiz, Duas Estradas, Itapororoca, Dona Inês, Caldas Brandão, Princesa Isabel, Mataraca (prefeitura), Santa Luzia, Nova Olinda, Conceição, Pombal, Caiçara e Mataraca (câmara municipal).

Os candidatos que não foram aprovados nos concursos elaborados pela Metta serão instados a se manifestar para informar possíveis fraudes e colaborar com as investigações do MPPB. Já os servidores nomeados e empossados nos certames organizados pela empresa serão citados para responder a ação civil pública e terão o direito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório garantidos.



REPASSE DE INFORMAÇÕES - MP reuniu 53 promotores do Estado para orientar sobre operação

Coincidências de nomes serão analisadas

O MPPB vai analisar e investigar a coincidência de nomes e sobrenomes entre pessoas aprovadas em concursos públicos municipais e gestores (prefeitos, vice-prefeitos, secretários, presidentes de câmaras e vereadores) de 44 cidades. O trabalho também é reflexo da 'Operação Gabarito'.

A lista com o cruzamento dos nomes foi elaborada pelos técnicos do serviço de inteligência do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e repassada no dia 03 de julho para o Ministério Público, durante um encon-

tro entre o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, com os conselheiros Fernando Catão e Fábio Nogueira, respectivamente, presidente e vice-presidente do TCE.

"O recebimento desse material vai gerar uma série de análises", afirma Oswaldo Filho, acrescentando: "são vários os concursos em que os nomes e sobrenomes de pessoas, que à época eram gestores públicos, como prefeitos, vice-prefeitos, secretários, vereadores ou presidentes de câmaras, coincidem com pessoas

aprovadas".

No dia 16 de julho, o Ministério Público reuniu 53 promotores de Justiça de diversas comarcas do estado, na Procuradoria Geral de Justiça, em João Pessoa, para repassar recomendações sobre os desdobramentos da operação.

No encontro, que teve a participação de auditores e do vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Fábio Nogueira, cada promotor recebeu material resultante das investigações e levantamentos produzidos por diversos órgãos do MPPB.

'PÃO E CIRCO'

TJ ordena afastamento de prefeitos envolvidos

O desembargador Joás de Brito Pereira Filho, no dia 05 de julho, acolheu o pedido de medida cautelar do procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, e determinou o afastamento do cargo os prefeitos de Solânea, Francisco de Assis Melo (Doutor Chiquinho), de Alhandra, Renato Mendes Leite, e de Sapé, João Clemente Neto (João da Utilar).

Os três chegaram a ser presos durante a operação 'Pão e Circo' - deflagrada em 28 de junho. Na mesma decisão foram afastados de suas funções todos os outros servidores públicos municipais envolvidos no esquema.

A operação foi realizada em conjunto pelo MPPB, pela Polícia Federal (PF) e Controladoria Geral da União

(CGU), para desarticular esquema destinado a fraudar licitações e desviar recursos públicos federais, estaduais e municipais. Os mandados expedidos pelo Tribunal de Justiça da Paraíba e pelo Tribunal Regional Federal foram cumpridos em várias cidades paraibanas e em Alagoas.

As fraudes eram feitas em licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação, contratos com bandas musicais, montagem de palcos, som, iluminação, comercialização de fogos de artifício, shows pirotécnicos, alugueis de banheiros químicos e serviços de segurança. Estima-se que tenham sido desviados, em seis meses, R\$ 65 milhões.

Entre os crimes apontados estão falsificação de documentos públicos e privados e falsidade ideológica.

Ernane Gomes



PARCERIA - Operação foi feita pelo MPPB, PF e CGU

Operação Gabarito desarticula esquema

O Ministério Público da Paraíba, a Controladoria-Geral da União e a Polícia Civil deflagram, no dia 18 de junho a 'Operação Gabarito', para desarticular um esquema criminoso de fraude em concursos públicos no município de Caldas Brandão (a 60 quilômetros de João Pessoa).

Para a operação, a Comarca de Gurinhém expediu seis mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão temporária contra o dono da empresa

Metta Concursos e Consultoria Ltda., o presidente e os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Caldas Brandão. Eles foram acusados de cometer crimes de frustração do caráter competitivo, formação de quadrilha, falsidade ideológica e corrupção ativa e passiva. A pena para pode chegar a 21 anos.

As investigações foram feitas pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) do MPPB e partiram de

denúncia feita pela Promotoria de Justiça de Gurinhém, que tem à frente a promotora Jaine Aretakis Cordeiro Didier.

Foi constatado que o esquema fraudava licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação e concursos públicos destinados à contratação de profissionais do Programa Saúde da Família e de programas federais, como o de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Bolsa Família e Projovem, entre outros.

IRREGULARIDADES EM SANTA RITA

Certame é suspenso e investigado

O Ministério Público recomendou e a Prefeitura Municipal de Santa Rita suspendeu o concurso público promovido no início de junho para o provimento de 200 vagas em 17 cargos na administração municipal. A recomendação integra o inquérito civil público instaurado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Santa Rita, em 21 de junho, para apurar denúncias de irregularidades no certame.

O prefeito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho foi orientado

a suspender o concurso até que sejam apuradas as supostas irregularidades. "Várias denúncias de graves irregularidades foram reportadas a este Ministério Público contra o concurso, com representações advindas inclusive da ouvidoria-geral do MPPB", disse o promotor Manoel Serejo.

O inquérito foi instaurado para assegurar a igualdade de condições a todos que concorreram no concurso. "O concurso público constitui-se uma regra moralizadora no recrutamento de

cargos na administração pública. Vamos apurar as denúncias e, ao final, propor medida administrativa ou judicial mais adequada. É de responsabilidade do gestor a obediência às normas ético-legais, às leis e aos bons costumes. A não observância ensejará o enquadramento a atos de improbidade", disse Serejo.

Uma das irregularidades denunciadas diz respeito à ausência das questões sobre conhecimentos específicos na prova para o cargo de arquiteto, por exemplo.

PMJP obrigada a comprar alimentos especiais

MP recebeu queixas sobre a falta de insumos das dietas enterais e orais para pacientes da Capital

O juiz Aluizio Bezerra Filho, da 3ª Vara da Fazenda Pública da capital, concedeu liminar favorável à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) para obrigar a prefeitura de João Pessoa a comprar, em caráter direto e emergencial, os insumos das dietas orais e enterais – que são alimentos, substâncias, fórmulas e produtos destinados a pacientes de hemodiálise, amputados, traqueostomizados, portadores de câncer, idosos e crianças alérgicas à lactose.

“Desde março estamos recebendo reclamações sobre a falta de insumos das dietas orais e enterais fornecidas, através do Sistema Único de Saúde (SUS), pela Secretaria da Saúde de João Pessoa. Quando oficiada a respeito de casos individuais, a Secretaria informou já haver disponibilizado parte dos medicamentos e suplementos demandados”, contou a promotora de Saúde em substituição, Fabiana Lobo.

No entanto, continuou, “as reclamações passaram a ser mais constantes no final de maio e a Secretaria deixou de apresentar respostas aos escritórios do Ministério Público”. Assim, foi instaurado, em 19 de junho, o Inquérito Civil 13/2012 para apurar, de forma coletiva, a questão.

Em audiência realizada no

dia 29 de junho, a Secretaria da Saúde, devidamente representada pelo assessor jurídico Leonardo de Farias Nóbrega, pelo gerente da Gerência de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (Gemaf), Manoel Mariano Neto, e pela farmacêutica da Gemaf, Larissa Almeida Bakke, confirmou a falta dos insumos das dietas especiais orais e enterais em seu estoque.

Foi concedido um prazo até 2 de julho para que a Secretaria apresentasse a estimativa do quantitativo mensal de cada um dos insumos indicados quando do fornecimento regular. Mas não foi repassada essa estimativa para a promotoria.

“Com uma postura omissiva, a Secretaria da Saúde de João Pessoa vem prejudicando inúmeros usuários das dietas especiais orais e enterais, a exemplo dos casos registrados pela promotoria, que constam no inquérito civil”, frisou a promotora. A Promotora de Saúde possui queixas de 17 pessoas, entre crianças de 7 meses até uma idosa de 97 anos, que precisam dos insumos para sobreviver.

Caso a prefeitura não cumpra a determinação, o município poderá ser penalizado com uma multa diária no valor de R\$ 10 mil. Além da multa, a secretária da Saúde de João Pessoa, Roseana Meira, e o responsável pela Gerência de Medicamento e Assistência Farmacêutica (Gemaf) da capital, Manoel Mariano Neto, também poderão responder por improbidade administrativa e criminal.



ORAIS E ENTEIRAIS - Produtos integram dieta de pacientes

INSUMOS OU SUBSTÂNCIAS SIMILARES

- 1) Neocate: leite especial utilizado nos casos de crianças com alergias extremas, até ao leite de soja;
- 2) Nutrison Energy e Isosource: produtos destinados, principalmente, aos pacientes de hemodiálise, portadores de câncer, idosos acamados e pacientes com dificuldades de deglutição;
- 3) Cubitan e Impact: substâncias utilizadas, principalmente, pelos pacientes amputados, pois aceleram o processo de cicatrização;
- 4) Suprasoy e Levsoy: leites artificiais usados por crianças alérgicas à lactose;
- 5) Fiber Mais: aporte de fibras utilizado por pacientes idosos e/ou com dificuldades intestinais;
- 6) Nutren Active: produto utilizado por pacientes de hemodiálise;
- 7) Aptamil, Pregomim, Peptamin e Alfarre: fórmulas infantis para crianças com alergia à lactose.
- 8) Peptamim Prebio: utilizado por pacientes sondados, traqueostomizados.

TRAUMA E ORTOTRAUMA EM JP

Ministério Público discute atendimento em hospitais

O Ministério Público da Paraíba, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Saúde e da Promotora da Saúde de João Pessoa, realizaram uma audiência para discutir o problema dos atendimentos no Complexo Hospitalar de Mangabeira (Ortotrauma) e no Hospital de Trauma da Capital.

Ficou decidido que o Hospital de Trauma e o Complexo de Mangabeira receberão e executarão o atendimento das demandas espontâneas de fraturas fechadas que adentrarem em suas unidades. Os hospitais também se comprometem a dar referência por escrito nos casos em que houver necessidade de encaminhamento de uma unidade para outra.

Será feita uma programação para, em mutirão, realizar os procedimentos cirúrgicos nos 92 pacientes do Complexo Hospitalar de Mangabeira que já estão

aguardando no hospital. Também serão mantidos os termos de pactuação realizada, em 27 de setembro de 2011, entre o Hospital de Trauma e o Complexo Hospitalar de Mangabeira.

A audiência aconteceu devido a uma representação da direção do Complexo Hospitalar de Mangabeira informando que está com taxa de ocupação, em todo o complexo, em 110% e que a pactuação feita com o Hospital de Trauma, em 2011, precisa ser revista. A direção do Hospital de Trauma, por sua vez, demonstrou os números dos atendimentos, afirmando que também está com superlotação em sua área vermelha.

Estiveram presentes na reunião a promotora da Saúde em substituição, Fabiana Lobo, a coordenadora do Caop da Saúde, Adriana Amorim, e representantes dos hospitais e das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

Audiência trata da situação dos leitos pediátricos em João Pessoa

A Promotora da Saúde de João Pessoa realizou audiência pública para discutir a situação dos leitos de pediatria na Capital. De acordo com a promotora da Saúde em substituição, Fabiana Lobo, a audiência foi motivada por uma representação feita pela Sociedade Paraibana de Pediatria sobre o número insuficiente de leitos no Estado.

Durante a audiência, foi relatado que o Hospital Universitário Lauro Wanderley fechou 30 leitos de pediatria, em razão da falta de pediatras, haja vista que houve sete aposentadorias e os candidatos aprovados em concurso aguardam nomeação por parte da Reitoria da UFPB desde abril de 2012, em face da greve existente na Universidade.

Em relação à situação do Hospital Infantil Arlinda Marques, ficou decidido que será feita uma inspeção. Na audiência, os representantes relataram que a unidade de saúde que é referência no Estado enfrenta situação de extrema gravidade pela superlotação dos leitos de pediatria e escassez dos leitos de UTI pediátrica.

Outro problema enfrentado é que o hospital possui cerca de 30 crianças em lista de espera para realização de cirurgia, que não são feitas pela falta de leitos de UTI. Há crianças que estão internadas sem leitos, sentadas e dormindo em cadeiras por mais de dois dias. Foi informado ainda que o Hospital Arlinda Marques recebe crianças de todo o Estado, de municípios que não vêm prestando de forma eficaz a assistência à saúde do seus municípios e até que não pactuaram referência para o Município de João Pessoa.

De acordo com dados do Hospital Arlinda Marques, com o fechamento de leitos pediátricos de hospitais particulares conveniados, a exemplo do Hospital Santa Paula, em João Pessoa, do Hospital Infantil de Santa Rita e o Hospital Nossa Senhora da Luz, em Guarabira, o Hospital Arlinda Marques passou de 8 mil para 12 mil atendimentos de crianças por mês.

PSF'S

Município de CG terá que reestruturar três unidades

O município Campina Grande assumiu o compromisso com o Ministério Público de reestruturar em 30 dias as Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) Deputado Tota Agra, do bairro José Pinheiro, e Adalberto César I e II, do bairro Pedregal. Foram firmados dois termos de ajustamento de conduta (TAC), nesta segunda-feira (09), na Promotora de Saúde.

O documento foi assinado pela secretária de Saúde Marisa Torres de Moura Agra e pelo procurador-geral do município Fábio Henrique Thoma. Os TACs integram os autos do Inquérito Civil, instaurado em 2010, que apura irregularidades no funcionamento desses equipamentos.

Ainda de acordo com o TAC, a Prefeitura se obriga a prever nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento, tanto para este quanto para os próximos exercícios, se necessário, recursos para a execução de atividades ao cumprimento de ajustamentos desta natureza. No caso em questão, o seu descumprimento resultará em multa diária de R\$ 500, além de submeter a Prefeitura às medidas judiciais cabíveis.

Pelo MPPB, assinaram o TAC os promotores Luciano Maracajá, de Defesa dos Direitos da Saúde de CG, e Adriana Amorim de Lacerda, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Saúde da Paraíba.

Projeto será implantado em em escola pública da Capital

Principal foco do 'Na escola, com respeito', desenvolvido pelo MP, é orientar em casos de violência

A equipe do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Educação visitou a Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Rangel, no município de João Pessoa, para discutir a implantação do projeto "Na escola, com respeito" que visa coibir atos de indisciplina e infrações no ambiente escolar.

Segundo informações do Caop da Educação, cerca de 45 professores participaram da discussão. A escola foi selecionada para participar do projeto por ter registrado na Promotoria da Educação da Capital reclamações de indisciplina de alunos.

Durante o encontro foi proposta a parceria entre o Caop e a escola e os docentes foram orientados quanto às fases do projeto.

Foi solicitada à escola a revisão do regimento esco-

lar que tem mais de 10 anos bem como do projeto político-pedagógico. Após a revisão, o Caop vai realizar na estabelecimento de ensino oficinas sobre práticas restaurativas. Outras escolas da Capital também será contempladas.

Antônio Rangel foi escolhida por ter muitos casos de indisciplina

PROJETO

De acordo com informações do Caop da Educação, o projeto "Na escola, com respeito" tem como objetivo levar cada unidade de ensino à elaboração de Projetos Políticos-Pedagógicos e Regimentos Escolares, bem como orientar a comunidade escolar através de palestras em audiências públicas sobre como proceder diante dos casos de

indisciplina e de violência escolar. Dentro do projeto, será promovida uma oficina pedagógica para prestar orientações aos professores, técnicos e gestores de escolas sobre práticas restaurativas, visando a resolução de conflitos e a prevenção da violência escolar.

Outra ação do projeto é a expedição de Recomendação pelo promotor de Justiça aos gestores de escola, versando sobre a indisciplina e a violência escolar, conforme modelo fornecido pelo Caop da Educação e a requisição pelo Promotor de Justiça de cópia do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, a cada escola de sua área de atuação, como forma de promover a elaboração ou reelaboração desses documentos, com o devido acréscimo ou revisão de cláusulas sobre indisciplina e infração escolar.

Também estão previstos eventos regionais entre a Promotoria e as escolas para socialização das experiências exitosas no desenvolvimento do projeto.

RESOLUTIVIDADE

MPPB agiliza inquéritos de homicídios na Paraíba

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais e das Execuções Penais (Caocrim) do Ministério Público está analisando 236 inquéritos policiais que apuram homicídios dolosos praticados no Estado em 2008.

Segundo o promotor de Justiça que coordena o Caocrim, Bertrand Araújo Asfora, até o final do ano, todas as pendências relativas a esses inquéritos 2008 serão resolvidas. "Todas as promotorias de Justiça do Estado estão engajadas nessa ação", disse o responsável pelo levantamento em toda a Paraíba.

A análise ainda está em fase inicial e, até agora, 16 inquéritos foram arquivados, um resultou em denúncia contra o autor, outro foi devolvido à Polícia Civil para novas investigações, enquanto sete estavam sem movimentação.

LEVANTAMENTO

O levantamento está sendo realizado em nível nacional por recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) visando a implementação de ações que agilizem e deem maior efetividade à investigação, à

denúncia e ao julgamento dos crimes de homicídios cujos autores ainda continuam na impunidade.

Para alcançar as metas desejadas, os Conselhos Nacional do MP e de Justiça e o Ministério da Justiça criaram a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). Ao Enasp compete promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas em benefício desta área.

Dentro dessa parceria, compete ao CNJ trabalhar para erradicar as prisões em delegacias de Polícia. O MJ, por sua vez, atua na criação de cadastro nacional de mandados de prisão, enquanto o CNMP implementa ações para agilizar e dar mais efetividade à investigação, à denúncia e ao julgamento dos crimes de homicídios.

Para o promotor Bertrand Asfora, a criação do Enasp representa "um dos maiores avanços da Justiça e do Ministério Público Brasileiro, pois a iniciativa visa punir os verdadeiros culpados pelos crimes de homicídio".

GIRO PELAS PROMOTORIAS

Projeto do Caop da Cidadania vai para 2ª fase do prêmio Innovare

O já premiado projeto "Conselho Municipal do Idoso: Espaço de participação, fortalecimento e integração", do Ministério Público da Paraíba (MPPB) acaba de ser selecionado para a segunda fase do IX Prêmio Innovare. Desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Direitos Humanos do MPPB o projeto objetiva sensibilizar a criação, a instalação e o funcionamento dos Conselhos Municipais do Idoso do Estado da Paraíba em 20 municípios.

Promotoria de Cabedelo realiza audiência pública para apresentar 'Observatório Social'

A Promotoria de Justiça de Cabedelo (a 18 quilômetros da capital) realizou audiência pública para apresentar à população do município, o 'Observatório Social', um projeto de monitoramento dos gastos públicos, que pode ser executado no âmbito do estado da Paraíba, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo.

Nesse projeto, são parceiros do Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep), o Iesp (faculdade particular) e a Associação Cabedelense Para a Cidadania (Acica). Tanto a UFPB quanto a Fiep vão disponibilizar estagiários remunerados que irão acompanhar as licitações. O projeto está começando em Cabedelo e deverá ser estendido a todo o estado da Paraíba.

MPPB vai solicitar ampliação da Força Nacional na Paraíba

O Ministério Público vai solicitar a ampliação da Força Nacional na Paraíba para elucidar os crimes de homicídios registrados no estado de 2007 para cá, principalmente na Região Metropolitana de João Pessoa. A decisão foi firmada no dia 10 de julho, no Núcleo Criminal do MPPB, em João Pessoa, entre promotores de Justiça e delegados da Polícia Civil.

A solicitação no aumento do efetivo vai ser encaminhada ao diretor da Força Nacional do Ministério da Justiça, em Brasília, Major Alexandre Aragon, pelo promotor de Justiça Bertrand Asfora, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais e das Execuções Penais (Caocrim) do MPPB.

Encontro de Promotores Eleitorais

O Ministério Público Estadual da Paraíba (MPPB) e a Procuradoria Regional Eleitoral realizaram em conjunto, nos dias 02 e 03 de julho, o '1º Encontro dos Promotores Eleitorais' para as Eleições 2012, em João Pessoa.

O evento aconteceu no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com o objetivo de traçar diretrizes de atuação do Ministério Público Eleitoral com enfoque especial nas inovações trazidas pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) na Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90). O público-alvo foi composto pelos promotores que compõem as 77 Zonas Eleitorais do estado.

Estão previstos mais dois encontros. O próximo acontecerá no dia 10 de agosto, nas dependências



Ernane Gomes

do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e o terceiro está marcado para 21 de setembro, no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em João Pessoa.

MP formula TAC para ser assinado com a Tim

Objetivo da medida é cobrar melhorias no serviço da operadora, assim como investimentos

Congestionamento de rede, problemas de cobertura, internet móvel que não funciona, chamadas que são interrompidas. Estas estão entre algumas queixas recebidas pelo Sistema de Proteção ao Consumidor, formado pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) e os Procons Estadual – juntamente com Procons municipais –, em relação aos serviços de telefonia móvel.

No dia 27 de junho as instituições fizeram uma reunião com representantes da operadora Tim para chegar a um acordo que vise a solução dos problemas do serviço para os usuários paraibanos sem que se tenha que recorrer à Justiça. Neste primeiro encontro foram discutidos os assuntos que serão transpostos para um termo de ajustamento de conduta (TAC).

“Nosso interesse é evitar as falhas da telefonia para os consumidores que sofrem e cobram um serviço de qualidade”, destacou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caop) de De-

fesa do Consumidor, do MPPB, Leonardo Pereira de Assis.

A reunião foi comandada pelo promotor e contou com direcionamentos da secretária-executiva do Procon Estadual, Klébia Ludgério e do coordenador do Procon de João Pessoa, Emerson de Almeida Fernandes. Da Tim estavam presentes os advogados, Cristiano Kozan e Kainara do Nascimento, e o engenheiro, Demóstenes Araújo.

“A Tim precisa se dedicar mais à Paraíba, apresentar um plano de reestruturação, assim como fez a Oi. O que observamos é que não há investimentos na mesma velocidade com que captam os usuários”, frisou Klébia Ludgério. Emerson Fernandes lembrou que esse é o momento que a empresa tem para ser transparente e assumir as limitações, além de apresentar proposta para dar mais qualidade ao serviço, para que os usuários não sejam prejudicados. “E queremos uma solução que seja permanente e não algo paliativo”, acrescentou.

A medida faz parte, na verdade, de um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público da Paraíba em 27 de fevereiro deste ano com o objetivo de melhorar o serviço de telefonia móvel prestado pelas quatro empresas que operam no Estado – Oi, Tim, Vivo e Claro.



Ernane Gomes

PELA MELHORIA - Medida faz parte de inquérito civil instaurado pelo Ministério Público da Paraíba

ENERGISA PARAÍBA

Justiça atende pedido do Ministério

A Energisa Paraíba está proibida de suspender o fornecimento de energia elétrica das unidades consumidoras, em decorrência de procedimento administrativo de recuperação de consumo (situação em que a concessionária constata suposta fraude na medição de energia, popularmente chamada de “gato”).

A proibição vale para os municípios de Pombal, Cajazeirinhas, Lagoa, São Bento de Pombal e São Domingos de Pombal (que compõem a Comarca de Pombal), no Alto Sertão da Paraíba.

A Energisa também deverá restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos moradores dessas cidades que tiveram o fornecimento de luz elétrica cortado por conta dessa situação. As medidas foram determinadas, no dia 6 de junho, pela juíza Daniela Falcão Aze-



CORTE SUSPENSO - Determinação vale para cinco municípios

vedo, que atendeu ao pedido de antecipação de tutela feito pela Promotoria de Justiça de Pombal, através de uma ação civil pública ajuizada em maio deste ano contra a distribuidora de energia elétrica. O descumprimento da decisão judicial implicará em multa correspondente à quantia de R\$ 500,00 por unidade de consumo afetada.

‘NÃO PARE’

População prestigia audiência de projeto em Alagoa Grande

Dando continuidade ao projeto “Não pare”, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caop) de Defesa do Consumidor – do Ministério Público da Paraíba (MPPB) – realizou em Alagoa Grande mais uma audiência pública destinada a receber reclamações e sugestões dos usuários dos transportes coletivos. A audiência foi conduzida pelos promotores de Justiça Leonardo Pereira e Sandremary Vieira, promotora de Alagoa Grande que aderiu ao projeto. A equipe ainda é composta pelo servidor Sérgio Galliza e pelos estagiários Tais Maria, Ticiane Pecorelli, Hiago e Milena Abrantes.

O projeto atendeu os usuários dos transportes coletivos urbano, das empresas São José, Bela Vista e a Nordeste, no sentido de efetuar coleta de reclamações da população das cidades de Alagoa Grande e

Juarez Távora, acerca dos serviços oferecidos pelo sistema de transporte público coletivo municipal e interestadual, no tocante a segurança, higiene, manutenção bem como pagamento do valor de meia passagem aos estudantes, mediante apresentação da carteira de estudante.

Na ocasião, a equipe do projeto constatou o interesse demonstrado pela população em expressar as preocupações sobre a melhoria do sistema de transporte coletivo intermunicipais. “As pessoas também mostraram confiança na atuação do Ministério Público para a resolução das deficiências que afligem o sistema”, completou Leonardo Pereira.

A audiência aconteceu na última terça-feira na Sede procuradora de Justiça Bertha Áurea Cunha Barros, na comarca de Alagoa Grande, no auditório da promotoria.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) em resposta às várias reclamações de consumidores recebidas na Promotoria de Justiça de Pombal e do insucesso na solução extrajudicial do problema. Segundo o promotor de Justiça, Leonardo Fernandes Furtado, a conduta da Energisa desrespeitou o devido processo legal, o princípio da ordem econômica de defesa do consumidor e os artigos 6º e 42º do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Na sentença, a juíza Daniela Azevedo considerou “inadmissível” o corte do fornecimento de energia pela concessionária de serviço público, em virtude de débito anterior, uma vez que a Energisa pode ajuizar ação de cobrança contra os consumidores inadimplentes. “A suspensão do fornecimento de energia só é admitida quando há o inadimplemento atual do consumidor, após aviso prévio de corte”, disse.

Prefeitáveis se comprometem com infância

MPPB provocou candidatos a prefeitos de JP e CG a assinarem termo para criação de políticas públicas

As sete candidaturas à prefeitura de João Pessoa e em Campina Grande assinaram no dia 13 de julho um termo de compromisso junto ao Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB), prometendo cumprir os 22 itens de políticas públicas previstos no documento e que são voltados à criança e ao adolescente da cidade de João Pessoa. Os dois eventos fizeram parte das comemorações pelos 22 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

A cerimônia na Capital, ocorreu no auditório do MP e organizada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias (Caop) da Criança e do Adolescente do MPPB, que tem à frente a promotora de Justiça Soraya Scorel, contou com a presença dos candidatos a prefeito Cícero Lucena (PSDB), Estelizabeth Bezerra (PSB), José Maranhão (PMDB), Lourdes Sarmiento (PCO), Luciano Cartaxo (PT) e Renan Palmeira (Psol), além do candidato a vice pelo PSTU, Marcílio Rodrigues, representando o candidato a prefeito, Antônio Radical, que está em viagem ao Rio de Janeiro.

Alexandre Almeida, (PT); Artur Almeida, (PTB); Daniella Ribeiro, (PP); Guilherme Almeida, (PSC); Romero Rodrigues, (PSDB); Sizenando Leal, (PSOL); e Tatiana Medeiros, (PMDB) garantiram que em seus respectivos programas de governo as questões relacionadas às crianças e aos adolescentes serão prioritárias em Campina Grande. A assinatura ocorreu



JOÃO PESSOA - Evento foi realizado na sede da Procuradoria

na sede da instituição, no Complexo Judiciário do bairro da Liberdade.

“Estamos vivendo um momento muito importante e que os candidatos aqui presentes não fiquem só nas promessas e no discurso. Que haja ação. E aquele que cumprir esse compromisso, pode ter a certeza de que terá o apoio incondicional do Ministério Público”, ressaltou o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que presidiu a cerimônia.

O evento do MPPB teve o apoio dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa e do estado da Paraíba, Conselhos Tutelares, Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB), Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Rede Margaridas Pró Crianças e Adolescentes (Remar) e o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos

da Criança e do Adolescente.

TERMO

O Termo de Compromisso possui 22 itens. Dentre eles está o que garante condições efetivas para que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elabore e controle a execução de políticas da área, tomando como referência o diagnóstico da situação da comunidade infanto-juvenil.

Para que essa e outras metas sejam alcançadas, de acordo com o documento do Ministério Público, os municípios terão que garantir recursos no seu orçamento destinados às políticas públicas que viabilizem o efetivo funcionamento dos conselhos de direitos e tutelares, com a formação de novos conselheiros, e direcionar verbas para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive, com definição de percentual.

Ernane Gomes

Assessoria/MPPB



CAMPINA GRANDE - Complexo Judiciário sediou solenidade

MAMANGUAPE

180 mães são ouvidas em mutirão do “Nome Legal”

Cerca de 180 mães de crianças sem o nome do pai no registro de nascimento do município de Mamanguape foram ouvidas durante o mutirão do projeto “Nome Legal”, do Ministério Público da Paraíba. Durante o evento, foram realizados 17 reconhecimentos voluntários de paternidade.

Participaram do mutirão os promotores de Justiça Juliana Lima Salmito, Alexandre Jorge do Amaral Nóbrega e Renata Carva-

lho da Luz, com apoio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis e Família e dos servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação e da Promotoria de Mamanguape.

Um dos destaques do mutirão foi o senhor José Pereira dos Santos e dona Euflazina dos Santos. Ele fez o (na foto com o promotor Alexandre Jorge Nóbrega), com oito filhos com as paternidades reconhecidas no projeto “Nome Legal”.

Divulgação



PATERNIDADE - José Pereira reconheceu oito filhos

EM BAYEUX

Operação interdita estabelecimentos

Três estabelecimentos comerciais e uma granja particular em Bayeux foram interditados por tempo indeterminado pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB), pelo Poder Judiciário da Infância e da Juventude do Município e pelas polícias civil e militar. A ação aconteceu no domingo, 08 de julho, durante operação realizada pelos órgãos.

Várias irregularidades foram constatadas, entre elas, a venda de bebida alcoólica a menores de 18 anos e a ausência de alvará de funcionamento do Esporte Clube São Paulo de Bayeux, do Acústico Daykiry e

do Espetinho do Super Mercado Hiper Compras. A granja que também foi interditada fica no bairro Rio do Meio.

Uma pessoa foi encaminhada à delegacia por desacato à autoridade e um adolescente foi conduzido pelos conselheiros tutelares para os pais – neste caso, foi assinado um termo de responsabilidade. Os proprietários dos estabelecimentos foram autuados e pessoas que estavam pagando bebidas para menores de 18 anos também foram levados para a delegacia.

O promotor de Justiça Marinho Mendes e o delegado da

polícia Civil, Pedro Gonçalves, comandaram a operação que teve o objetivo de fiscalizar clubes, bares e casas de show no município. “A nossa intenção é verificar se a proibição de venda de bebidas para crianças e adolescentes está sendo cumprida e também de coibir a exploração da prostituição infantil”, destacou o promotor, reforçando que mais operações como essa serão realizadas.

A equipe técnica de fiscalização da Promotoria da Infância de João Pessoa, Mary Lopes e Socorro Xavier, também integraram a operação.

Criança e adolescente indígena em destaque

Evento realizado pelo MPPB e MPF em Rio Tinto marcou a passagem dos 22 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

O painel 'Criança Indígena – Respeito e Dignidade', evento realizado no dia 06 de julho, no Sesi de Rio Tinto, destacou a defesa da criança e do adolescente indígena. Os trabalhos começaram com apresentações de danças e cantos indígenas com as crianças da Aldeia Camurupim, de Marcação. Depois foi a vez de artistas circenses mostrarem sua arte para as cerca de 300 crianças e 400 adultos. Em seguida, o povo potiguar apresentou o ritual do toré. A segunda parte do painel foi um debate sobre o tema sexualidade e prevenção a abusos.

O evento foi uma promoção do Ministério Público do Estado da Paraíba e do Ministério Público Federal para marcar os 22 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Quando a palavra foi dada ao cacique-geral do povo potiguar Sandro Gomes Barbosa, ele falou sobre a valorização da cultura indígena e lembrou que as crianças são "o nosso futuro, para que possamos avançar nas nossas políticas públicas". O cacique ainda ressaltou a importância da educação e pediu respeito no trato com as crianças e adolescentes.

"Foi um dos dias mais felizes da minha vida. Fiquei emocionado em homenagear o povo potiguar", destacou o promotor de Justiça José Raldeck, que coordenou o evento ao lado da promotora de Justiça Soraya Escorel e do procurador da República, do MPF, Duciran Farena.

"Precisamos entender a cultura, as raízes, as tradições do povo indígena para saber que situações podem ser identificadas no contexto de abuso e exploração sexual nesse contexto", frisou o procurador-geral de Justiça do MPPB, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

"É importante que se entenda", continuou, "que esse trabalho já vem sendo feito pelas Promotorias de Educação e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois trabalhamos, sobretudo, com a questão de prevenção também".

O procurador do MPF Duciran Farena abordou a questão de abuso a crianças e adolescentes: "É um problema que precisa de

uma política pública diferenciada. É o caso da criança indígena, que precisa ser adaptado à sua cultura. Hoje, uma criança indígena não desfruta mais de proteção das aldeias como era antigamente. Por isso se faz necessário que estejamos atentos a possíveis abusos. A regra principal nesse caso é que não deve haver omissão".

"A grande preocupação do Ministério Público em colocar esse tema é debater exatamente essa questão onde há os índios. Não poderíamos debater isso na Capital", observou. A promotora lembrou que não há um Estatuto para a criança indígena. "O Estatuto é um só. Então precisamos debater isso", alertou Soraya Escorel.

"O tema criança indígena carrega muita complexidade. Por mais que tenham ligação com a vida urbana, são camponeses. Como sabemos, infância não é um conceito universal, assim como a definição da proteção à criança", destacou a antropóloga, Elaine Amorim, da Procuradoria geral da República, em Brasília.

O professor antropólogo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Estêvão Palitot frisou que a infância e adolescência apesar de parecerem naturais ciclos da vida, são construídos. "Em alguns povos eles são mais estendidos e para outros povos, não tão diferentes de nós, esse tempo é encurtado", contou.

Para o povo indígena, prosseguiu, "a infância e a adolescência são encurtados. Quando a menina menstrua, já é considerada mulher, por exemplo. Temos que compreender a moralidade do povo potiguar para entender o que seria uma relação sexual normal ou o que seria um abuso, o que não é uma tarefa simples". Por fim, o professor alertou que um dos indicadores é a reação da comunidade, quando ela começa a se sentir afetada é porque tem algo ali, de acordo com ele.

Participaram do evento lideranças potiguares, representantes indígenas do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, Organização dos Professores Indígenas Potiguares, Coordenação Técnica Local (CTL) de Baía da Traição e municípios vizinhos.



RAIZ CULTURAL - Crianças apresentaram o ritual indígena Toré

EM RIO TINTO

Caop do Cidadão realiza 2ª oficina de capacitação

A segunda oficina para capacitação de conselheiros municipais de idosos, profissionais que atuam nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas/Cras) e gestores municipais da Assistência Social, realizada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Cidadão do Ministério Público, aconteceu nos dias 04 e 05 de julho. O evento foi realizado no auditório do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em Rio Tinto.

O público-alvo foi oriundo dos municípios de Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Lagoa de Dentro, Mamanguape, Marcação, Mataraca e Pedro Régis, além de Rio Tinto.

Na programação foram abordados temas como legislação – incluindo a Constituição de 1988 e a Lei da Política Nacional e Estatuto do Idoso, Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Lei Orgânica

da Assistência Social (LOAS) e Política da Assistência Social (PNAS).

Ainda fizeram parte do evento debates, palestras e mesas-redondas sobre "Violência contra a pessoa idosa: orientações gerais", "Ação preventiva na prática assistencial", "Violência constatada: sugestões para a intervenção profissional e os casos de maior incidência", "O papel e a atuação dos Conselhos Municipais e dos Conselheiros", "Registro das entidades nos Conselhos Municipais e monitoramento".

Oficinas encerraram o evento, no segundo dia: "Instrumentos de planejamento do Setor Público e sua execução", "Estruturar Conselho de Idoso no município", "Quais os procedimentos adotados diante de denúncias de empresas, hospitais ou serviços que não respeitam os direitos dos idosos?", "Como proceder a fiscalização de efetividade das políticas propostas".

Direitos Difusos: Conselho Gestor define calendário de reuniões

Para divulgar e dar maior visibilidade ao Fundo Especial de Proteção dos Bens, Valores e Interesses Difusos (FDD), o Conselho Gestor do FDD definiu, em reunião ordinária realizada no dia 26 de junho que as próximas reuniões serão itinerantes e serão realizadas no âmbito de outras entidades que compõem o Conselho Gestor.

A próxima reunião acontece em agosto, em data a ser definida, na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB). Em setembro, em sessão extraordinária, os conselheiros irão se reunir na Procuradoria Geral do Estado (PGE). Já em outubro, o encontro está programado para as dependências da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba (OAB-PB).

Finalizando as atividades do Conselho Gestor do FDD deste ano, em novembro será realizada uma audiência pública para intensificar a divulgação do Fundo e na última reunião ordinária de 2012, em dezembro, haverá uma avaliação geral dos trabalhos. Já para 2013, a intenção do Conselho é a de interiorizar a divulgação do FDD, realizando reuniões e audiências públicas nas cidades-polos.

Integram o Conselho, presidido pelo procurador-geral, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba (OAB-PB), da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social
ACESSE O SITE: www.mp.pb.gov.br

OU ENVIE O E-MAIL: atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br

